

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CILCÉIA WENCESLAU DA SILVA

**FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NO CURSO DE PEDAGOGIA EM MINAS GERAIS**

PATOS DE MINAS - MG

2025

CILCÉIA WENCESLAU DA SILVA

**FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NO CURSO DE PEDAGOGIA EM MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação – FACED – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudiene Santos

PATOS DE MINAS - MG

2025

CILCÉIA WENCESLAU DA SILVA

**FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NO CURSO DE PEDAGOGIA EM MINAS GERAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
FACED - Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura plena em pedagogia.

Patos de Minas, 17 de junho de 2025.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Claudiene Santos - UFU

Orientadora

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXX - UFU

Examinador

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso investiga, de forma crítica e reflexiva, como as relações de gênero e sexualidade são tratadas na formação docente inicial nos cursos de Pedagogia em Minas Gerais. Reconhecendo a relevância desses temas para uma educação inclusiva, o estudo analisa como os currículos e práticas pedagógicas contribuem, ou não, para preparar professores comprometidos com o respeito à diversidade e aos direitos humanos. A pesquisa adota abordagem qualitativa com metodologia de revisão integrativa da literatura, reunindo produções científicas que discutem os desafios enfrentados na formação docente ao tratar dessas temáticas. A partir da análise de 44 artigos, foram selecionados 12 textos para estudo aprofundado, dos quais 4 apresentam foco direto em instituições mineiras. Os dados revelam lacunas significativas na formação inicial, como a ausência de componentes curriculares obrigatórios que abordem gênero e sexualidade, além da resistência cultural, social e religiosa que afeta a prática pedagógica e o cotidiano escolar. Mesmo em universidades públicas de referência, a inclusão desses conteúdos ainda é pontual, geralmente restrita a abordagens normativas ou biológicas. Essa ausência de formação crítica impacta negativamente a preparação dos docentes e a criação de ambientes escolares acolhedores, sobretudo para estudantes LGBTQIAPN+. Autora e autores como Grossi, Louro, Bento, Nóvoa, Castro e Reis são utilizados para defender que a formação docente deve articular teoria e prática e romper com visões binárias e conservadoras ainda presentes na educação. As experiências pedagógicas analisadas mostram que docentes que passaram por formações atualizadas demonstram maior preparo para conduzir debates sobre diversidade de forma sensível e consciente. Conclui-se que é urgente revisar os currículos dos cursos de Pedagogia, garantindo que gênero e sexualidade sejam tratados de forma transversal, contínua e humanizada. Além disso, destaca-se o papel do pedagogo como mediador essencial entre escola, família e comunidade, atuando como agente de transformação social. Por fim, reafirma-se que uma formação docente sólida, ética e comprometida é indispensável para promover o respeito às diferenças e contribuir para uma educação democrática e plural.

Palavras-chave: Formação docente; Gênero; Sexualidade; Pedagogia.

ABSTRACT

This Final Undergraduate Thesis critically and reflectively investigates how gender and sexuality issues are addressed in the initial teacher education of Pedagogy courses in Minas Gerais, Brazil. Recognizing the relevance of these themes for inclusive education, the study analyzes how curricula and pedagogical practices contribute—or not—to preparing teachers committed to diversity and human rights. The research adopts a qualitative approach, using the integrative literature review methodology, bringing together scientific productions that discuss the challenges faced in teacher education when addressing these topics. From the analysis of 44 articles, 12 texts were selected for in-depth study, 4 of which focus specifically on institutions in Minas Gerais. The data reveal significant gaps in initial training, such as the absence of mandatory curriculum components that address gender and sexuality, as well as cultural, social, and religious resistance that affects pedagogical practice and everyday school life. Even in well-regarded public universities, the inclusion of these themes remains occasional and is often limited to normative or biological approaches. This lack of critical training negatively affects teacher preparation and the creation of welcoming school environments, especially for LGBTQIAPN+ students. Authors such as Grossi, Louro, Bento, Nóvoa, Castro, and Reis are referenced to argue that teacher education must connect theory and practice and break away from binary and conservative views still present in education. The pedagogical experiences analyzed show that teachers who have undergone more updated and sensitive training demonstrate greater readiness to lead discussions on diversity in a conscious and respectful manner. The study concludes that it is urgent to revise Pedagogy curricula, ensuring that gender and sexuality are addressed in a transversal, continuous, and humanized way. Furthermore, it highlights the role of the pedagogue as an essential mediator between school, family, and community, acting as an agent of social transformation. Finally, it reaffirms that a solid, ethical, and committed teacher education is essential to promote respect for differences and contribute to a democratic and plural education.

Keywords: Teacher education; Gender; Sexuality; Pedagogy.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	8
<i>2 DESENVOLVIMENTO</i>	10
<i>2.1 ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA</i>	10
<i>2.2 O PAPEL DO PEDAGOGO NA FORMAÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO</i>	14
<i>2.3 O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE</i>	17
<i>2.4 SEXUALIDADE E GÊNERO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA</i>	18
<i>METODOLOGIA</i>	20
<i>RESULTADOS OBTIDOS</i>	23
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	25

INTRODUÇÃO

Entender a etapa inicial da formação docente é crucial para abordar as questões de gênero e sexualidade na escola, assim, solidificando um ambiente educacional inclusivo, diverso e cheio de respeito. No cenário de hoje, onde os temas de gênero e sexualidade estão sempre em alta na sociedade, a escola se apresenta como um espaço importante para promover reflexões e ampliar os debates sobre diversidade, embora ainda existem muitos desafios nesse processo. Escritoras como Cristiane Soares e Luciane Monteiro (2019) falam do tema, ou seja, a formação continuada dos professores é essencial para promover uma educação mais inclusiva e para combater a resistência que se encontra quando discutimos sexualidade e gênero nas escolas. As autoras concordam que não adianta só falar de diversidade de forma superficial.

No cenário da educação, precisa-se muito que as discussões sobre gênero e sexualidade se tornem, sim, um estudo de forma metódica e consistente na preparação dos educadores. Assim, esses profissionais terão condição de criar uma perspectiva mais receptiva, crítica, reflexiva e desenvolver segurança para tratar do assunto nos espaços escolares. Miriam Pillar Grossi (1998), em suas pesquisas sobre identidade de gênero e sexualidade, salienta que a educação dos professores deve conjugar teoria e prática, sabendo que a teoria amplia e impulsiona a prática, enquanto esta última dá vivacidade e peso à teoria.

Quando essa formação ocorre de forma sistemática e alinhada com o que se espera de um ambiente educacional, os futuros docentes se sentem mais preparados para lidar com diferentes realidades dentro da escola, sem reproduzir preconceitos ou visões tradicionais. Além disso, sair do campo do dogma significa, como elucida o autor, justamente permitir que essas questões sejam tratadas com diálogo, estudo e escuta, nas relações de troca e não apenas com ideias prontas ou baseadas em valores pessoais, muitas vezes vindas de cima para baixo, quase como se fosse uma relação de hierarquia e poder.

Sabe-se que temas voltados acerca da sexualidade e gênero, em especial no Brasil, sempre foram considerados um grande tabu, situação que se intensifica com o advento da internet. Assim, Guarany e Cardoso (2022) destacam que, de forma geral, a formação docente aborda questões de gênero e sexualidade de maneira muito pontual, receosa e pouco fundamentada. Isso se estende para o ambiente familiar e para o ambiente escolar, o que contribui para a reprodução de padrões normativos e a exclusão de identidades de gênero como manifestações a serem discutidas e incluídas no cotidiano escolar.

Assim, espera-se com essa pesquisa apresentar ao leitor que gênero e sexualidade são pressupostos de ideias interconectadas, mas ao mesmo tempo separadas e que abrangem elementos de várias camadas sociais, culturais e pessoais do que diz respeito à identidade humana. Dessa forma, lançar mão do papel do pedagogo como facilitador e mediador do processo de ensino é fundamental para desenvolver o respeito às diferenças, desarticular os estereótipos e oferecer suporte aos alunos que possam ter problemas relacionados à identidade de gênero ou orientação sexual.

É de extrema importância que profissionais da área da educação possam atender às diversas expressões de gênero e sexualidade, proporcionando um ambiente escolar seguro e acolhedor para familiares, assim como para a comunidade. Cordeiro e Rodrigues (2024) corroboram com a ideia de que a formação continuada precisa abarcar, ou seja, acolher mais do que ensinar o conteúdo; precisa trazer dados científicos e referências pedagógicas atuais, frente às demandas da sociedade moderna, para que contribuam para formar cidadãos conscientes, tolerantes e que tenham dimensão de seus direitos e deveres sociais, respeitando as diversidades de gênero e sexualidade tanto no ambiente escolar quanto no contexto familiar e social.

A capacitação profissional inicial de professores nos cursos de Pedagogia, agora fazendo um recorte no estado de Minas Gerais, ainda enfrenta grandes dificuldades, sobretudo porque, como mencionei, a temática ainda é nova quando se trata de gênero e sexualidade e está envolta em diversos tabus e problemáticas familiares. Isso, por si só, cria um ambiente favorável a diversas discussões, inclusive aquelas em que é possível permitir espaço para que as questões de gênero e sexualidade sejam de fato discutidas sem gerarem atritos entre escola, família e comunidade.

Furlanetto et al. (2018) destacam que, embora a escola seja frequentemente apontada como um espaço fundamental para a formação integral dos indivíduos, incluindo a discussão de temas relacionados à sexualidade, ainda existem diversas lacunas a serem enfrentadas, dentre elas a própria falta de consciência docente sobre o assunto, o tradicionalismo excessivo, o patriarcado e o politicamente correto, valores religiosos e tradicionais, que, quando associados a outras demandas, dificultam a efetiva implementação da educação sexual e suas subdiscussões no ambiente pedagógico.

A instabilidade no manuseio desses temas pode deixar os profissionais da educação hesitantes, despreparados até, para a batalha diária na escola. Por esse motivo, destaco que a educação contínua se revela um caminho promissor, aprimorando o serviço educacional, fomentando o respeito pela diferença e a inclusão. É preciso revisar o currículo da formação

docente, assegurando que os futuros profissionais estejam prontos para tais provações frente à contemporaneidade. Em vista disso, o papel do pedagogo, compreendendo e abordando temas de gênero e sexualidade, ultrapassa seguir apenas diretrizes escolares ou de documentos; é um pacto ético e pedagógico por um mundo justo, igualitário para todos.

Com isso, esta pesquisa tenta responder: como as faculdades e/ou cursos de Pedagogia em Minas Gerais estão se preparando ou aperfeiçoando os professores para o futuro ou para as questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar? O ponto principal é pensar como a base dos professores faz toda a diferença para uma educação voltada para todo o contexto escolar, visando ampliar o respeito e a diversidade. Ademais, é preciso explorar a ideia de estimular a crítica, sobretudo nesse cenário em que estamos inseridos, frente às mídias e tecnologias que tendem a fazer com que discutamos menos os assuntos e abramos cada vez mais espaços para discussões rasas.

Dessa forma, espera-se analisar o papel do pedagogo na criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, investigando como as práticas de ensino atuais promovem uma compreensão crítica desses temas, assim como elas são estudadas na formação inicial e continuada dos pedagogos para lidarem com a diversidade. Autores como Gama (2020) destacam que “a formação inicial dos professores afeta diretamente a forma como eles irão exercer sua profissão em sala de aula.”

Neste estudo, a investigação será realizada através de uma análise de autores que discorram sobre o assunto na literatura científica, o que possibilita um estudo de como o gênero e sexualidade são abordados na formação de professores e pedagogos, contribuindo para a discussão sobre a necessidade de uma formação mais ampla e atenta às necessidades da sociedade no contexto atual.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

A inclusão de discussões acerca gênero e sexualidade na formação inicial de professores/as e pedagogos/as têm sido instigados como uma peça essencial na construção de práticas pedagógicas com um olhar mais inclusivo, humano e equitativo. Quando observamos o contexto dos cursos de Pedagogia, em especial, no estado Minas Gerais, a introdução dessas temáticas no currículo base representa um avanço na preparação dos futuros docentes para

lidarem com as múltiplas diversidades presentes nas escolas. Segundo Lima et al. (2020), essa formação busca fornecer subsídios teóricos e metodológicos que capacitem os professores a atender às diferentes necessidades dos estudantes, assim como combater práticas discriminatórias no ambiente escolar, sejam elas práticas pelos alunos ou até mesmo aquelas praticadas por profissionais despreparados para lidarem com o assunto. Um levantamento feito, em grande parte com estudos nacionais, reforçam a ideia que esta temática, ou seja, as voltadas para gênero e sexualidade, apresentam grandes lacunas no que diz respeito a formação docente evidenciando assim, em um despreparo que compromete a compreensão e o acolhimento das diversas identidades presentes no contexto escolar conforme corrobora (NOGUEIRA, 2016; BARBOSA E GUIZZO, 2014). Essas lacunas estão frequentemente relacionadas ao fato de que o tema ainda não possui um tratamento consistente no âmbito escolar, especialmente em um contexto em que a família se mantém ausente na construção de abordagens e discussões sobre sexualidade e gênero. Além disso, muitas vezes, há resistência por parte dos responsáveis, que acabam limitando ou desencorajando a atuação dos docentes no tratamento dessas questões na escola.

Na visão Nóvoa (2002, p. 38) o autor destaca que a formação de maneira contínua deve ser um propulsor para romper com o tradicionalismo e os tabus educacionais para a ressignificação da profissão docente. Ele reafirma que o objetivo central da formação contínua é de fortalecer e fazer com que o professor, antes um agente isolado, torne-se um professor integrante de um corpo docente de uma organização escolar integrativa e participativa, o que pressupõe uma abordagem mais colaborativa, humanizada e integrada no desenvolvimento dos educadores refletindo em melhores práticas e condutas escolares quando o tema é gênero e sexualidade. Rocha e Medeiros reafirmam essas prerrogativas ao dizer;

Os educadores, por sua vez, são os mediadores desse processo, desempenhando um papel essencial na construção do conhecimento e na promoção de valores de justiça e igualdade. Abordar questões de gênero e sexualidade na formação docente não é apenas uma tendência contemporânea, mas uma exigência para uma educação verdadeiramente emancipatória. A ruptura de pensamentos tradicionais e conservadores é essencial para que educadores abordem efetivamente questões de gênero e sexualidade nas escolas (ROCHA e MEDEIROS, Pág. 318)

Discorrer sobre gênero e sexualidade na educação já é um tema, por si só, bem complexo. Isso porque precisamos partir do pressuposto de que gênero compreende diversas manifestações, as quais ainda são incompreendidas dentro do contexto social. Afinal, o que é gênero, senão este recorte binário que a sociedade construiu e entregou para as pessoas ao longo

de décadas? Romper com essa tradição de que o gênero se resume apenas ao masculino e feminino se manifesta como uma das maiores barreiras que precisamos enfrentar na sociedade, pelo simples fato de que crescemos e fomos moldados somente com essa construção de ideia correta. Roney Polato de Castro e Neilton dos Reis (2017), trazem à tona em seus estudos sobre o tema e defendem a ideia de que romper com o tradicionalismo e se lançar as novas demandas e contextos atuais são cruciais para fazer as devidas manutenções no ensino e compreender melhor o tema. Suas contribuições apresentam possibilidades de pensar a educação escolar e a formação docente como instâncias de produção de significados sobre os gêneros e as sexualidades, buscando promover questionamentos com um fio condutor: “as oposições binárias”. De que modo a escola e a formação de professores podem contribuir para a desconstrução dessas oposições e para a construção de uma educação não-binária afim de ampliar esse leque do que buscamos entender sobre o que é gênero.

A abordagem de gênero e sexualidade na educação é um campo que demanda a análise dos contextos históricos e sociais de maneira minuciosa, isso porque, o que entendemos como gêneros binários, ou seja, masculino e feminino, não é mais compatível com as discussões do século XXI, binarismo, assim como sexualidade vêm, historicamente, organizando os modos de pensar o lugar dos sujeitos nas sociedades de modo que hoje historicamente isso tudo vem se modificando. Nesse sentido, Masculino ou Feminino, Homem ou Mulher, Heterossexual ou Homossexual, Pansexual, Cisgênero, Assexual, Não-Binário, Homem ou Mulher Trans, dentre tantas outras nomenclaturas contemporâneas são oposições que embasam muitos dos modos de pensar os sujeitos, as instituições, as políticas e práticas socioculturais e educacionais. Bento (2017) discorre que;

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas do sujeito estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. (BENTO, 2008, p. 17).

Assim, como afirma Louro (2018), a escola desempenha um papel central na produção e reprodução de normas de gênero, tornando crucial que os docentes reflitam ativamente nessas mudanças, assim como criticamente sobre seus próprios preconceitos e práticas pedagógicas que muitas vezes são reproduzidos de forma inconsciente dentro de um coletivo.

A tarefa, claro, não é fácil, sobretudo porque além de lidarmos com a própria mudança no cenário e contexto escolar, é preciso exercer essas mudanças para além dos muros da escola.

É preciso não só romper com o tradicionalismo do espaço escolar, como banheiros determinados para homem e mulher, salas de aula, nomenclaturas que são adotadas dentro das salas de aulas, é preciso que nos atentemos também para que essas mudanças reflitam também na conduta familiar e da comunidade, somando forças com as que elas que são exercidas no ambiente educacional.

Muitos dos espaços e práticas escolares, como já sinalizados, apontam para uma matriz de normas de gênero binária: na separação de banheiros, na organização de estudantes (especialmente nas séries iniciais) em filas, em alguns momentos da disciplina de Educação Física, a distribuição de brinquedos, entre outros exemplos, podemos observar a construção das identidades femininas ou masculinas. Em outras palavras, é também na escola que aprenderemos a ser mulher ou ser homem. Nesse sentido, acreditamos que pensar as linhas de fuga na não-binariedade de gênero e sexualidade dentro da escola pode ser um caminhar em direção à transgressão da lógica ocidental dentro de uma das instituições que mais a reforça. (CASTRO, Roney & REIS, pág. 118)

Dessa forma, pensar em um currículo que inclua discussões sobre identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero possibilita que essas questões sejam trabalhadas de maneira sensível e adequada à idade dos alunos (Lima et al., 2020). Alinhar essas práticas pedagógicas no contexto e no preparo dos materiais escolares também demonstra ser um caminho promissor no que diz respeito ao introduzir esses assuntos no cenário educacional.

Enquanto um ser crítico e em processo de formação na área da pedagogia, estive à frente durante os momentos de estágio supervisionados, de várias salas de aulas e de algumas escolas, as quais tive a oportunidade de analisar esse cenário diretamente na prática. Assim, durante as minhas visitas e interseções que fiz ao longo dos estágios, pude perceber que, mesmo com tantas políticas implementadas na BNCC – Base Comum Curricular, nos parâmetros curriculares, no plano político pedagógico das escolas, discussões de gêneros e sexualidade sempre estavam em segundo plano, sobretudo se essa escola forem tradicionais como, por exemplo, escolas que tem como cunho ou prática pedagógica o preceito religioso ou militar, realidade que ainda observamos no estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que do ponto de vista tradicionalista, escolas e sistemas de educação que prezam como metodologias religiosas e ou militares, vão respectivamente na contramão do que se espera para ampliar essa abertura sobre essas discussões como afirmam Roney Polato de Castro e Neilton dos Reis, ao afirmarem que;

A militarização da educação escolar como solução para questões que afligem as escolas públicas e a sociedade brasileira atual [...] conduz à problematização da produção de silenciamento, da ocultação de sujeitos e experiências não-hegemônicas, da vigilância e do disciplinamento de seus corpos, tendo em vista o contexto de uma

sociedade plural, mas que insiste em normatizar existências. (CASTRO E REIS. Pág.01)

Podemos então, com uma certa segurança, afirmar que ao inserir esses temas como identidade de gênero, orientação sexual e diversidade no currículo, as escolas podem contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para atuar em uma sociedade que por natureza é plural e diversificada.

Lançar mão de metodologias, pesquisas e estudos voltados para a formação docente, não apenas contribui para a valorização e proteção de alunos LGBTQIAPN+, mas também fortalece uma cultura escolar baseada no respeito e na diversidade e sobretudo no aprimoramento frente às novas tendências e condutas a que os indivíduos estão inseridos na sociedade.

Ademais, a formação docente visa preparar os profissionais da educação para lidar com eventuais conflitos, crimes de ordem sexual e ou homofobias, transfobia, assim como a resistências ao tratar dessas questões em sala de aula contribuindo com versões distorcidas e inverídicas sobre o assunto. Grossi (2024) afirma que “A formação de professores/ pedagogos deve ser uma combinação de teoria e prática, onde a teoria informa e enriquece a prática, e a prática, por sua vez, traz vida e relevância para a teoria”

A autora destaca também que a capacidade de conduzir conversas sensíveis sobre gênero e sexualidade é fundamental para a construção de espaços educacionais mais democráticos e acolhedores.

Frente a esse cenário, torna-se necessário que os cursos de Pedagogia avancem na integração dessas discussões, promovendo uma formação inicial que não apenas instrumentalize os futuros docentes para o ensino, mas que também os sensibilize para as múltiplas identidades e realidades que compõem o ambiente escolar. Aliado a essas formações, professores e educadores que já atuam na área precisam se reciclar a fim de garantir que sua formação esteja sempre condizente com as novas demandas que as atuais escolas vêm enfrentando em relação à abordagem de assuntos relacionados a gêneros e sexualidade. A educação, ao reconhecer e valorizar a diversidade, torna-se um instrumento de transformação social, capaz de combater desigualdades e promover uma convivência mais justa e respeito sa dentro e fora da escola, integrando a família, a escola e a comunidade.

2.2 O PAPEL DO PEDAGOGO NA FORMAÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO

O estudo de gênero e sexualidade no campo da educação tem se tornado cada vez mais relevante, ajudando a compreender como esses fenômenos influenciam o ambiente escolar e na sociedade. Para isso, é importante recorrer a teóricos que expliquem como essas identidades são construídas e percebidas dentro da espaço escola, de modo que é precisamente nesse recorde que a atuação do pedagogo se torna mais relevante, pois ele em parceria com os outros membros da gestão escolar são os que estão a frente de pensar e pavimentar os caminhos pelos quais essas e outras questões serão discutidas e implementadas.

Silva e Nicolino (2020) apresentam as ideias de que esses estudos permitem analisar um panorama de como a escola reforça ou questiona ideias sobre gênero e sexualidade, impactando por sua vez no currículo ou nas práticas pedagógicas o que por sua vez reflete na relação entre alunos e professores bem como nas políticas educacionais. É como se fosse um termômetro para verificar o quanto daquilo que foi estudado por diversos teóricos e pensadores estão de fato refletindo na prática e no contexto escolar. Como pode-se notar discussões de gêneros e sexualidades no cenário educacional ainda é um tabu, mas que aos poucos vem ganhando espaço com medidas políticas, medidas administrativas de inclusão, e o próprio autoconhecimento da sociedade das distintas maneiras de se reconhecerem sociedade sobretudo na primeira infância o que ocorre naturalmente e é visivelmente mais notado dentro do ambiente escolar. Não que escola seja exclusivamente o local aonde isso é detectado ou catalogado, mas levando em consideração que hoje no cenário atual no Brasil, a grande maioria das escolas atuam em tempo integral ou em regime de complementação no qual o aluno estuda pela manhã e faz alguma atividade de contra turno pela tarde. Na prática esse estudante fica cerca de 80% do seu dia dentro do espaço escolar, o que reforça mais ainda o aprofundamento nesses estudos a fim de oferecer subsídio e amparo para esses estudantes.

A fim de levantarmos uma linha de pensamento que nos ajude a compreender a atuação do pedagogo nas frentes das discussões de gênero e sexualidade, Lima et al., (2020) destaca, por exemplo, a teoria *queer* e o pensamento feminista, ou seja, a terminologia desafia a visão tradicional de gênero como algo fixo, mostrando que identidades e experiências são diversas e em constante transformação. Nesse sentido pode-se compreender que gênero e sexualidade não são elementos concretos, mas sim construídos e moldados.

Além disso, essa abordagem trazida pelo autor destaca que gênero e sexualidade estão ligados a outros aspectos da identidade, como raça, classe social, convívio familiar, sociedade e deficiência. Sendo assim a autora afirma que as desigualdades podem se sobrepor, tornando a vivência de cada pessoa única (Lima et al., 2020). Com esse olhar mais refinado e

aguçado, educadores, pedagogos e ou pesquisadores conseguem perceber como a escola pode reforçar ou combater desigualdades, garantindo um ambiente mais inclusivo. É por isso é essencial questionar atitudes preconceituosas e promover uma educação que respeite e valorize a diversidade sendo elas mediadas desde a sua base pelos pedagogos, ou seja, espera-se que a ação desse profissional frente aos seus professores gerem ressonâncias que por consequência vão desdobrar nos alunos e como resultado dessas trocas essas e outras ações podem se desdobrar na família e na sociedade.

A partir dessas ideias, é possível dizer que sua responsabilidade do professor e do pedagogo está em promover uma cultura de respeito e inclusão no ambiente escolar, o que inclui a desconstrução de preconceitos e estigmas relacionados a gênero e sexualidade conforme já é defendido nas PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 67).

A escola, muitas vezes, é um reflexo da sociedade, que pode ser rodeada por normas tradicionais e engessadas, do ponto de vista binário sobre gênero e sexualidade, podendo resultar em diversos preconceitos contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Assim, o pedagogo tem em suas mãos recursos para incentivar a reflexão sobre a história da opressão de minorias sexuais e de gênero e como essas questões afetam a vida dos estudantes, dessa forma ao propor esses debates nos currículos escolares, é possível criar um espaço de conscientização sobre os direitos e a dignidade de todas as pessoas, combatendo a homofobia, transfobia e outros tipos de discriminação.

Carlos Roberto Campos (2015) afirma que o pedagogo desempenha um papel fundamental desde a logística, a parte administrativa, burocrática até no acolhimento humanizado de estudantes que estão em processo de descoberta ou afirmação de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Torres e Silva (2021) discorrem dos diversos desafios que a figura do pedagogo enfrenta nessa empreitada rumo ao acolhimento. As Autoras dão a entender que o desafio é grande uma vez que romper com as estruturas tradicionais e do patriarcado, são ações que não dependem somente do contexto escolar, mas de toda a sociedade. Elas destacam em seus estudos;

[...] pesquisas bibliográficas que discorrem sobre a temática, cujo principal objetivo é tratar sobre o desafio da escola se constituir como um espaço de resistência, não apenas celebrando as diferenças, mas problematizando-as e levando toda a comunidade escolar a pensar criticamente na condição de homens e mulheres na sociedade, desconstruindo preconceitos sociais que existem historicamente pelo patriarcado.

Em diversas oportunidades, estudantes que não se identificam com as normas de gênero ou que enfrentam conflitos relacionados à sua sexualidade podem se sentir

marginalizados diante da sociedade, sendo vítimas de constantes episódios de *bullying* ou outras manifestações de violências nos espaços escolares. Ao criar uma relação de confiança, abertura e empatia, o pedagogo contribuí em ajudar os estudantes a compreenderem e a se expressarem, oferecendo suporte técnico e ou direcionamento psicológico quando necessário, podendo incluir desde a escuta ativa até a intervenção em casos de *bullying* ou exclusão.

2.3 O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

A escola espelha a sociedade da qual faz parte, replicando suas interações sociais e diversas identidades. Dessa forma, penso ser fundamental que o ambiente educacional incentive debates com um viés críticos acerca de gênero e sexualidade, garantindo um horizonte inclusivo (Lima et al., 2020). O manejo dessas questões no ambiente escolar influencia diretamente a maneira como os estudantes observam e como eles entendem a diversidade ao seu redor, transformando o ato de educar e aprender em um espaço essencial para a formação dos valores sobre o respeito a igualdade e o acolhimento daquilo que por natureza diferente.

Ainda que não exista um conteúdo curricular bem definido sobre gênero e sexualidade, justamente por essas questões serem latentes a um novo olhar da sociedade, as escolas mantêm uma função importante na formação e nas reciclagens das percepções dos alunos a respeito dessas questões. Silva e Nicolino (2020) reforçam que a falta de discussões sobre o tema não exime a responsabilidade da escola em criar maneiras de como os estudantes percebem e vivenciam essas identidades, a escola tem como função, juntamente com a equipe gestora, mediada pelo pedagogo em emergir com essas discussões tornando o ambiente mais familiarizado com esses assuntos. Isso porque, frequentemente, a instituição de ensino em si reitera normas sociais sobre o que é visto como "comum" ou "anômalo", contribuindo estruturalmente na perpetuação de estereótipos e desigualdades.

Assim, é fundamental que as abordagens educativas sejam revistas a fim de favorecer a inclusão e enfrentar preconceitos já enraizados. Dessa forma podemos compreender que pedagogos, entre outros profissionais da educação, desempenham uma função ética, reparatória e profissional ao criarem um espaço de aprendizado nos quais todos os estudantes possam se sentir valorizados, incluídos e representados.

Além de estabelecer uma relação de troca de conhecimento, as instituições educacionais têm uma função crucial na socialização dos estudantes, preparando-os para conviver com

diversas perspectivas e realidades. Afim de minimizar esse risco, é fundamental implementar, paliativamente, discussões educacionais que estimulem o pensamento crítico e favoreçam a equidade social, auxiliando os estudantes a contestar normas culturais excludentes e a participar na formação de uma sociedade mais justa.

2.4 SEXUALIDADE E GÊNERO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

A abordagem de gênero e sexualidade na formação inicial de professores, especialmente em cursos de Pedagogia, requer antes de tudo uma análise aprofundada sobre as principais mudanças socioculturais e políticas que foram relevantes na última década no Brasil. No cenário educacional, essas mudanças ganharam maior visibilidade com o surgimento e fortalecimento de novas identidades de gênero e sexualidade, isso ampliou o debate sobre o que é compreendido como diversidade, haja vista que diversidade pode ser um conceito muito amplo.

Esse processo de ampliação, no entanto, enfrenta diversas resistências, assim como inúmeros desafios, sobretudo em espaços escolares marcados por tradições religiosas, militares ou bem conservadoras advindas de pais, família e sim, professores. Para muitos desses segmentos, gênero e sexualidade ainda são vistos como "assuntos polêmicos" ou mesmo como "frescura", "perda de valores" ou "ausência de religiosidade". Esses estigmas se tornam verdadeiras barreiras significativas para o trabalho e atuação do pedagogo e para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

No estado de Minas Gerais, em que resido, por exemplo, apesar de ser uma das unidades federativas com maior número de cursos de formação em Pedagogia, ou seja, de acordo com os dados disponíveis pelo SEMESP (2019, Minas Gerais destaca-se como um dos estados com maior número de cursos de Pedagogia no Brasil. Minas Gerais registrou 55,8 mil matrículas no curso de Pedagogia na modalidade a distância (EAD), liderando nessa categoria, mesmo assim a inserção sistemática das temáticas de gênero e sexualidade no currículo ainda é bem aquém do esperado. Dados recolhidos do Censo que monitora a Educação e ou ensino Superior no ano de 2022, destacou que o estado de Minas Gerais possui atualmente cerca de 140 instituições que oferecem cursos voltados para a formação de Pedagogos espalhadas ao redor do estado, entretanto poucas dessas universidades ou centros de formação possuem componentes curriculares obrigatórios voltados especificamente para assuntos relacionados a diversidade da

sexualidade e/ou de gênero. Isso fica evidente na fala da pesquisadora Jaqueline Aparecida Barbosa, na qual a autora destaca que:

A baixa incidência de pesquisas que abordam diretamente as questões de gênero e sexualidade como objetos centrais da investigação reforça a percepção de que tais temas ainda ocupam um espaço marginal na produção do conhecimento educacional, o que pode refletir diretamente na formação docente e nas práticas escolares" (BARBOSA, 2023, p. 103).

A autora ainda destaca que:

Falar de gênero, sexualidade e educação implica pensar nos processos de constituição de sujeitos e nos modos como o campo educacional, em suas práticas e saberes, participa da produção e reprodução de normas de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, é nesse campo que se abrem brechas para rupturas e possibilidades de práticas pedagógicas que desafiam essas normas, requerendo, portanto, uma formação docente que seja crítica, reflexiva e comprometida com a equidade" (BARBOSA, 2023, p. 43)

A citação de Barbosa (2023) provoca uma reflexão profunda sobre o papel da escola como espaço tanto de reprodução quanto de resistência às normas sociais impostas sobre gênero e sexualidade, o que acaba por desdobrar-se em nossa formação pessoal e as possíveis condutas práticas nos ambientes escolares. Ao pensar na minha própria formação enquanto futura pedagoga, percebo o quanto ainda enfrentamos barreiras para discutir esses temas de forma aberta e crítica dentro das instituições de ensino. Muitas vezes, nos deparamos com silenciamentos, desconfortos ou até mesmo rejeições quando tentamos propor essas discussões em sala de aula. No entanto, é justamente esse desconforto que revela o quanto essas temáticas são urgentes e necessárias, pois é nele que reside a possibilidade de mudança. Concordo com a autora ao afirmar que uma formação docente crítica é essencial: precisamos estar preparadas não apenas com conhecimento teórico, mas também com sensibilidade e coragem para enfrentar os desafios e promover uma educação que reconheça e respeite todas as formas de existência.

Assim, destaco outra passagem importante acerca da formação, em que a autora afirma que:

A prática educativa que se propõe a considerar os marcadore de gênero e sexualidade em sua dimensão política e estrutural não pode se restringir a eventos pontuais ou a atividades comemorativas, mas precisa estar ancorada em um currículo comprometido com a transformação social e com a justiça cognitiva e epistêmica" (BARBOSA, 2023, p. 170).

Enquanto estudante de Pedagogia, tive o privilégio de cursar uma disciplina que dialogava diretamente com as temáticas de gênero e sexualidade, o que contribuiu significativamente para a construção do meu olhar enquanto futura educadora. No entanto, apesar da importância do conteúdo abordado, percebi que o tempo dedicado, cerca de quatro

meses, ainda se mostrou insuficiente frente à complexidade e profundidade que esses temas exigem na formação docente. Em um contexto educacional tão diverso e permeado por desigualdades, é necessário que essas discussões não se limitem a momentos pontuais, mas sejam integradas de forma contínua e crítica ao currículo, promovendo uma prática pedagógica verdadeiramente comprometida com a justiça social e com a valorização das múltiplas identidades presentes na escola. Assim alinho meus sentimentos as ideias de Cirqueira et al. (2021), ao afirmar "ainda existem lacunas significativas no currículo dos cursos de formação docente quando o assunto é gênero e sexualidade". A falta de preparo não apenas compromete a atuação docente, mas também alimenta o silenciamento das questões indenitárias no cotidiano escolar corroborando para as estruturas já consolidadas de preconceito e exclusão.

Ademais é importante refletirmos que a formação inicial em cursos de Pedagogia precisa considerar um fator de extrema importância e um assunto bem contemporâneo, ou seja, o impacto das mídias digitais e das redes sociais de comunicação no cenário atual, sobretudo na difusão de discursos de ódio e na disseminação de informações distorcidas sobre gênero e sexualidade. Com o advento da internet, as redes sociais, como Instagram, Facebook, Discord entre outros, em especial nos últimos 10 anos, têm potencializado falas conservadoras e discursos moralistas que perpassam também o espaço escolar, o que pode acabar influenciando professores, familiares e os estudantes. Conforme afirmam Costa, Figueiredo e Pereira (2024), "a resistência ao tratamento desses temas não vem apenas da falta de formação, mas também do medo de repressão, julgamento e retaliações por parte da comunidade escolar" (p. 9).

Portanto, não se trata apenas de incluir os temas de gênero e sexualidade como conteúdos meramente isolados e soltos para cumprir uma demanda ou defasagem, mas de integrá-los de maneira transversal, humana e crítica ao longo de toda a formação inicial desses profissionais. Ou seja, na prática precisa-se desenvolver competências e habilidade pedagógicas para lidar com questões complexas e sensíveis em sala de aula, ao passo que se reconhece a pluralidade das identidades, respeitando as singularidades de cada sujeito. Como aponta Grossi (2024), "a capacidade de conduzir conversas sensíveis sobre gênero e sexualidade é fundamental para a construção de espaços educacionais mais democráticos e acolhedores".

METODOLOGIA

Nessa pesquisa a escolha metodológica foi a revisão integrativa da literatura, pois com esse método é possível fazer uma síntese ampla e crítica dos estudos existentes sobre o tema definido, ou seja, gênero e sexualidade, na formação inicial do pedagogo. De acordo com

Souza, Silva e Carvalho (2010), ao lançarmos mão da revisão integrativa é possível, "identificar, analisar e sintetizar resultados de pesquisas independentes sobre um determinado tema ou assunto de investigação, isso permite uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado".

A relevância de se utilizar essa metodologia está ligada ao fato de que ela possibilita reunir diferentes materiais de naturezas distintas, ou seja, materiais qualitativos, teóricos e os empíricos, o que se mostra especialmente útil diante das dificuldades que envolvem a formação docente em relação às temáticas de gênero e sexualidade. Portanto podemos concluir que a realização da revisão deste trabalho seguiu as seis etapas descritas e propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010):

1º Definição do tema e formulação da pergunta norteadora

O tema da pesquisa foi previamente delimitado, ou seja, a formação docente inicial e a abordagem de gênero e sexualidade nos cursos de Pedagogia no estado de Minas Gerais. A pergunta norteadora formulada para alavancar a escrita foi: De que maneira os cursos de Pedagogia no estado de Minas Gerais preparam os futuros docentes para trabalhar as relações de gênero e sexualidade no ambiente escolar?

2º Levantamento bibliográfico

Elaborei a busca realizando-as em bases de dados abertos discriminadas abaixo:

1. *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*

- Furlanetto et al. (2018)
- Cirqueira et al. (2021)
- Silva & Castro (2023)
- Moura et al. (2021)
- Silva, Ketiuce Ferreira (2024)

2. *ResearchGate*

- Guarany & Cardoso (2022)
- Diniz et al. (2022)

3. *Periódicos da Capes*

- Costa, M.; Figueiredo, D.; Pereira, (2024)
- Grossi, m. P. (2024)
- Santos & Rocha & Medeiros (2024)

A pesquisa foi elaborada com os seguintes descritores relacionados ao tema da pesquisa: "gênero e sexualidade e educação em Minas Gerais", "formação docente inicial em pedagogia", "diversidade e formação de professores". Já os critérios adotados durante a escrita na inclusão foram: Artigos que foram publicados entre os anos de 2019 e 2025, disponibilizados na íntegra e de forma gratuita, de modo que abordassem os temas de gênero, sexualidade e formação docente no contexto educacional brasileiro, aqui fiz um recorte com o foco centralizado para o cenário do estado de Minas Gerais. Por fim, os critérios que utilizei para exclusão foram os textos opinativos sem base teórica e artigos repetidos.

3º CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A princípio foram encontrados 44 artigos científicos, mas após análise dos critérios de inclusão e exclusão, selecionei apenas 12 e, dentre esses, 4 apresentavam estudos específicos sobre instituições de Minas Gerais. Os artigos foram organizados segundo objetivos, metodologia e principais resultados.

Titulo	Autores	Objetivo Principal	Metodologia	Principais Conclusões	Referência Completa
Questões de gênero que emergem nas experiências pedagógicas com jogos e brincadeiras na educação infantil: olhares docentes em um município no Sul de Minas Gerais	Isamara Cristina Diniz, Fábio Pinto Gonçalves dos Reis, Rubens Antônio Gurgel Vieira	Compreender como as questões de gênero emergem nas práticas pedagógicas com jogos e brincadeiras na Educação Infantil.	Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras da Educação Infantil.	As práticas pedagógicas ainda reproduzem estereótipos de gênero, mas também se identificam movimentos de reflexão crítica por parte de algumas docentes.	DINIZ, I. C.; REIS, F. P. G. dos; VIEIRA, R. A. G. Questões de gênero que emergem nas experiências pedagógicas com jogos e brincadeiras na educação infantil: olhares docentes em um município no Sul de Minas Gerais. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 48, p. 1-20, 2020.

Gênero e sexualidades na educação superior: (des)construção de saberes das discentes de Pedagogia em um centro universitário no Centro-Oeste de MG	Neiva Silva, Fabio Reis, Kleber Carneiro	Analizar como as alunas de Pedagogia constroem e desconstróem saberes sobre gênero e sexualidades durante sua formação.	Pesquisa qualitativa, com aplicação de questionários e grupos focais com discentes de Pedagogia.	Apesar de avanços, persistem lacunas na formação inicial para discutir gênero e sexualidade, mostrando a importância de inserir essas temáticas de forma crítica no currículo.	SILVA, N. M. et al. Gênero e sexualidades na educação superior: (des)construção de saberes das discentes de Pedagogia em um centro universitário no Centro-Oeste de MG. <i>Revista Sul-Americana de Educação</i> , v. 5, n. 2, p. 150-168, 2020.
Formação docente e as relações de gênero e sexualidade no curso de Pedagogia	Cirqueira, Nilson Sousa; Santana, José Valdir Jesus De; Pereira, Reginaldo Santos	Discutir como o curso de Pedagogia aborda as relações de gênero e sexualidade na formação de futuros docentes.	Pesquisa qualitativa, entrevistas com docentes do curso de Pedagogia.	Há avanços na inserção dos temas, porém ainda de forma muitas vezes superficial, refletindo a necessidade de uma formação crítica e efetiva.	CIRQUEIRA, N. S.; SANTANA, J. V. J.; PEREIRA, R. S. Formação docente e as relações de gênero e sexualidade no curso de Pedagogia. <i>Revista Educação e Fronteiras On-line</i> , v. 10, n. 30, p. 147-167, 2020.

A revisão foi desenvolvida maneira narrativa, nela contei os principais achados. A escolha pela revisão integrativa reforça a intenção do estudo de fornecer uma análise mais sensível, crítica e comprometida com a mudança no cenário educacional.

Identifiquei que autores como Santos, Rocha e Medeiros (2024) defendem que revisões dessa natureza permitem fazer um mapeamento não somente do estado atual do conhecimento, mas também indicar caminhos para políticas públicas educacionais mais efetivas. Eles afirmam: “a revisão integrativa permite compreender os avanços, retrocessos e silêncios em torno da formação docente para temas historicamente marginalizados, como gênero e sexualidade” (SANTOS; ROCHA; MEDEIROS, 2024, p. 320).

Dessa forma, espera-se que essa metodologia atenda aos objetivos da pesquisa, oferecendo uma base sólida para entender o cenário atual da formação docente no estado de Minas Gerais, com foco nas relações de gênero e sexualidade bem como na formação, melhoria e aprimoramento da carreira do pedagogo.

RESULTADOS

Após concluir a verificação da revisão integrativa da literatura, identifiquei 44 artigos científicos, dos quais todos foram identificados inicialmente nas bases SciELO, Google Acadêmico e ResearchGate. Após a aplicação dos critérios de inclusão dos artigos: publicações entre os anos de 2019 e 2025, disponibilizadas na íntegra e de forma gratuita, que abordassem os temas de gênero, sexualidade e formação docente no contexto educacional brasileiro. Além disso, recorte específico, priorizando estudos voltados para o estado de Minas Gerais e os critérios de exclusão: textos opinativos sem fundamentação teórica e artigos duplicados baseado nas escritas mais correlacionadas a “gênero e sexualidade em espaços escolares e docência” a fim de delimitar a pesquisa, selecionei 12 artigos, pois eles atendiam mais os objetivos da pesquisa, a partir da pergunta norteadora, ou seja, De que maneira os cursos de Pedagogia no estado de Minas Gerais preparam os futuros docentes para trabalhar as relações de gênero e sexualidade no ambiente escolar?, Após isso, selecionei 4 que apresentavam recortes específicos sobre instituições de ensino do estado de Minas Gerais. Nesse caso os artigos que apresentavam relevância nesse recorte eram:

1. Questões de gênero que emergem nas experiências pedagógicas com jogos e brincadeiras na educação infantil: olhares docentes em um município no Sul de Minas Gerais, de autoria DINIZ, I. C.; REIS, F. P. G. dos; VIEIRA, R. A. G.,
2. Gênero e sexualidades na educação superior: (des)construção de saberes das discentes de Pedagogia em um centro universitário no Centro-Oeste de MG, dos autores SIVA, N. M. et al.
3. Formação docente e as relações de gênero e sexualidade no curso de Pedagogia, dos autores CIRQUEIRA, Nilson Sousa; SANTANA, José Valdir Jesus de; PEREIRA, Reginaldo Santos.

Os dados levantados foram analisados com base na seleção dos estudos quanto aos seus objetivos, metodologias e principais resultados. Dentre os achados mais importantes, após observar esses autores e suas bibliografias, observei que uma parte significativa dos artigos aborda a falta de formação específica para o tema de gênero e sexualidade na formação inicial de professores. Isso impacta diretamente a capacidade dos docentes de lidarem com essas temáticas de forma crítica, empática e pedagógica dentro do ambiente escolar. Em muitos casos,

os cursos de Pedagogia ainda tratam esses temas de forma bem rasa, sobretudo no processo de formação acadêmica, limitando-se a abordagens biológicas. (MOURA; CAVALCANTI; MOURA, 2021).

Durante o processo de escrita, inicialmente não havia aprofundado um recorte específico voltado para o estado de Minas Gerais. No entanto, com base nos levantamentos realizados na revisão integrativa da literatura, conforme metodologia descrita neste trabalho, pude constatar que, mesmo em instituições públicas de referência, como universidades federais, a exemplo da própria Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde curso Pedagogia, ainda persistem deficiências significativas na inserção sistemática dos temas de gênero e sexualidade nos currículos obrigatórios. Os dados que sustentam essa constatação foram obtidos a partir da análise de estudos com recorte específico sobre instituições mineiras, entre eles, que aponta que tais temáticas ainda ocupam um espaço marginal na produção de conhecimento educacional, refletindo diretamente na formação docente. De forma semelhante, Diniz, Reis e Vieira (2022) e Silva et al. (2023) destacam a ausência de componentes curriculares obrigatórios voltados à diversidade sexual e de gênero em cursos de Pedagogia no estado.

Outro ponto recorrente identificado nos estudo analisado autores como Castro e Silva (2021) é a resistência social e o tradicionalismo institucional enfrentado por pedagogos, professores e professoras ao tentarem abordar as temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula. Essa resistência destacam como estruturas escolares marcadas por influências militares ou religiosas contribuem para a manutenção de silenciamentos e para a normatização de determinadas identidades, tornando o ambiente pouco acolhedor para experiências não-hegemônicas. Reforçando a linha de pensamento de Castro e Silva, Santos, Rocha e Medeiros (2024) apontam que a dificuldade de abordar esses assuntos decorre não apenas da ausência de formação adequada, mas também do medo de repressões por parte de famílias, gestores e até mesmo da comunidade escolar. Essa visão afirma que “a baixa incidência de pesquisas que abordam diretamente as questões de gênero e sexualidade como objetos centrais da investigação reforça a percepção de que tais temas ainda ocupam um espaço marginal na produção do conhecimento educacional”. Essas evidências revelam que o conservadorismo presente em determinadas instituições de ensino trata o debate sobre gênero e sexualidade como uma ameaça aos valores tradicionais, religiosos ou familiares, o que acaba por limitar as possibilidades de uma formação docente crítica e inclusiva.

Essa rigidez social é especialmente mais visível em contextos educacionais mais tradicionais, como escolas religiosas ou escolas militares, nas quais os temas são muitas vezes

tratados como tabu ou nem mesmo discutido, chegando a serem proibidos a depender do teor a ser tratado. (CASTRO; SILVA, 2021).

Constatei, a partir dos estudos em especial de Castro e Silva, que os estudos revelam que os próprios educadores, se sentem incapacitados e despreparados para lidar com situações envolvendo gênero, sexualidade ou orientação sexual dos alunos, por justamente não terem recebido uma formação adequada durante a graduação. Como consequência, instaura-se a insegurança e medo de abordagens equivocadas, o que contribui para o silenciamento, ou seja, não tratarem do assunto dessas questões na prática pedagógica e tampouco nos cursos de formação. (SANTOS; ROCHA; MEDEIROS, 2024).

Nota-se no cenário educacional um esforço para a formação e aprimoramento dos pedagogos atuantes e que por consequência se desdobram na formação e nos cursos de preparação para os professores que já atuam na área a saberem lidar com esses assuntos. Os professores e professoras que passaram por formações mais atualizadas e com abordagem crítica demonstraram maior segurança e sensibilidade para tratar dessas temáticas com os alunos, promovendo espaços mais democráticos, acolhedores e inclusivos (GROSSI, 2024).

Portanto, a análise dos estudos que lancei mão reforça a ideia de que discutir gênero e sexualidade na formação inicial docente é não só urgente, mas é indispensável para a promoção de uma educação com foco na formação integral do estudante que tem como fio condutor o respeito, os direitos humanos sendo assegurados, o enfrentamento contra as mais diversas formas de preconceitos e que acima de tudo contribua para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar até aqui foi, para mim, mais do que cumprir uma exigência acadêmica, foi uma etapa desafiadora. Foi um processo de amadurecimento, reflexão e enfrentamento de muitas dúvidas e incertezas. Estudar sobre gênero e sexualidade dentro da formação docente me fez enxergar o quanto o curso de Pedagogia ainda carrega marcas muito tradicionais, muitas vezes engessadas com ideias conservadoras, tanto no ensino quanto nas práticas pedagógicas, em ideias que já não acompanham a realidade das escolas que temos hoje.

Durante essa minha caminhada, ficou evidente, ao menos para mim, que o curso de Pedagogia, embora esteja aos poucos se reformulando, ainda podemos observar resistências quando se trata de temas considerados “sensíveis e ou fora da caixinha” como os que desenvolvi

nesta pesquisa. O que mais me chamou atenção foi perceber que, mesmo com todos os avanços da sociedade, os currículos ainda falham em garantir uma formação crítica, atualizada e, acima de tudo, humanizada. E isso me fez pensar: como é possível formar educadores para lidar com realidades diversas se nem mesmo o próprio processo formativo acolhe essa diversidade ou a acolhe de forma rasa?

Com base nos autores que estudei, consegui compreender melhor como se constroem os preconceitos e o quanto a escola, sem perceber, pode reforçá-los. A função da/o pedagoga/o nesse contexto se torna essencial, pois ele atua como ponte entre as mudanças sociais e a práxis escolar. É ele/a que pode, por exemplo, orientar um/a professor/a que se sente inseguro/a para conversar com os alunos sobre identidade de gênero, ou mesmo acolher um estudante que está em processo de autodescoberta e que não se sente compreendida nem em casa, nem na sala de aula. Esse olhar humanizado não é algo opcional; ele é urgente e o pedagogo, seja ele formado em atuação ou aquele que está se formando, esteja atento a essas necessidades no campo educacional.

Acredito que os pedagogos em formação, como eu, precisam sair da universidade com a consciência de que ser educador é, acima de tudo, estar disposto a olhar o outro com empatia, escuta e respeito. Por isso, as velhas políticas, os conteúdos desatualizados e os silenciamentos que ainda existem nos cursos precisam ser revistos com coragem, pois a escola mudou, e continua mudando, e cabe a nós não ignorar essas transformações. Penso que somos agentes que conduzem a educação e os rumos que ela toma sempre na direção do progresso, mas também reconheço que somos nós que podemos estagna-las, se assim ficarmos inertes.

Escrever este trabalho não foi fácil. Tive que enfrentar minhas limitações, meu medo de não conseguir traduzir em palavras tudo o que senti ao estudar esse tema. Mas, ao final, percebo que consegui organizar as ideias, ainda que com esforço, e colocar no papel aquilo que me inquieta como futura pedagoga. Não espero que este trabalho tenha todas as respostas, mas espero que ele sirva como um convite ao diálogo, um diálogo que, na minha opinião, já demorou demais para começar.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Carlos Roberto Pires (Org.). Práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/5437/4530>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTRO, Roney Polato de; SILVA, Michele Gomes da. Relações de gênero, sexualidades e militarização das escolas públicas: disciplina, vigilância e silenciamento. **Revista Instrumento**, v. 23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33355>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CIRQUEIRA, Rosângela; MOURA, Josiane; COSTA, Amanda. Relações de gênero, sexualidade e educação: desafios da formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-20, 2021.

CORDEIRO, André; RODRIGUES, Thais. Formação continuada e diversidade nas escolas: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, n. 1, p. 45-60, 2024.

COSTA, Mariana; FIGUEIREDO, Daniela; PEREIRA, Luciana. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Interfaces da Educação**, v. 14, n. 40, p. 1-20, 2024.

DINIZ, Isabelle Cristina; REIS, Fernanda Patrícia Gonçalves; VIEIRA, Rafael Alves Gurgel. Questões de gênero que emergem nas experiências pedagógicas com jogos e brincadeiras na educação infantil: olhares docentes em um município no Sul de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, e35111738659, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38659>.

EAD.COM.BR. Quer cursar Pedagogia a distância em MG? Conheça suas opções. 2017. Disponível em: <https://www.ead.com.br/blog/pedagogia-ead-mg>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Ângela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GAMA, Mariana. A importância da formação inicial para a atuação docente na educação básica. **Revista de Educação Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 78-91, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Educação em gênero e sexualidade: a palavra, a escuta e o afeto na formação de professoras e professores. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, v. 33, n. 2, p. 315-336, mai./ago. 2024.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Antropologia em Primeira Mão, UFSC, 1998.

GUARANY, Ann Letícia Aragão; CARDOSO, Lívia de Rezende. Formação de professores, gênero e sexualidade na produção acadêmica brasileira. **Acta Scientiarum. Education**, v. 44, e55263, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/364191783>. Acesso em: 11 abr. 2025.

INSTITUTO SEMESP. 11º Mapa do Ensino Superior no Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/sudeste/minas-gerais/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MOURA, Cátia Beatriz Guimarães; CAVALCANTI, Tânia de Souza; MOURA, Débora Lemos. Gênero e sexualidade na formação inicial em Pedagogia. **E-Mosaicos**, v. 10, n. 23, p. 275-287, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/45793>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SANTOS, Tiago Zeferino dos; ROCHA, Luciano Daudt da; MEDEIROS, Natanael de. Formação de professores em gênero e sexualidade na educação básica: uma revisão integrativa. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, v. 33, n. 2, p. 315-336, 2024.

SILVA, Natália Moreira da; et al. Gênero e sexualidades na educação superior: (des)construção de saberes das discentes de Pedagogia em um centro universitário no Centro-Oeste de MG. **Revista Sul-Americana de Educação**, v. 5, n. 2, p. 150-168, 2020.

SOARES, Cristiane; MONTEIRO, Luciane. Educação, gênero e sexualidade: reflexões para a formação docente. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, v. 28, n. 2, p. 34-45, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8696>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TORRES, Mariana Souza; SILVA, Stella Alves Rocha da. Práticas inclusivas para a população LGBTQIA+: uma abordagem necessária nas escolas. In: **Saúde e tecnologias educacionais: dilemas e desafios de um futuro presente**. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2021. p. 193-210. ISBN 978-65-87809-30-4. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/download/251/197>. Acesso em: 14 abr. 2025.